



COPOMBAL

Cooperativa Agrícola do Concelho de Pombal, C.R.L.

DECLARAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO DE

Adubos

Rações

Agroquímicos

Sementes Selecionadas

Batata

Milho

Hortícolas

Outras

Equipamentos de Rega

Produtos e Acessórios para Vindimas

Prestação de Serviços

Seguros

Gestão e Contabilidade Agrícola

O.P.P. Secção Florestal

Combustíveis e Gás

Formação Profissional

1 - Abel António Dias Braz, cartão de cidadão n.º 7501416 natural de Angola, Concelho Angola, com domicílio em Rua Evangelista Graça, n.º 1, 3100-520 Pombal, que outorga na qualidade de Presidente, Manuel Jesus Ferreira Escalhorda, cartão de cidadão n.º 00661450 natural de Pombal, Concelho de Pombal, com domicílio Rua da Catela n.º 5 3100-349 Melga Pombal, que outorga na qualidade de Secretário e Arménio Pedrosa Ramos, cartão de cidadão n.º 02526733 natural de Mata Mourisca, Concelho de Pombal, com domicílio: Rua Principal, n.º 44 3105-198 Mata Mourisca, que outorga na qualidade de Tesoureiro, na qualidade de representantes legais da Copombal – Cooperativa Agrícola do Concelho de Pombal, C.R.L., NIPC: 500892024, com sede em Viaduto Eng. Guilherme Gomes dos Santos, 3100-427 Pombal, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo á “Prestação de Serviço na área de Formação Profissional – Processo n.º 032/AJD/SA/2014 –I”, declara, sob compromisso de honra, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente convite;

b) Proposta de preço, em conformidade com anexo II ao presente convite;

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitará execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais se declara, sob o compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação analógica, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado por sentença transitada em julgamento por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;



COPOMBAL

Cooperativa Agrícola do Concelho de Pombal, C.R.L.

COMERCIALIZAÇÃO DE

Aduos

Rações

Agroquímicos

Sementes Seleccionadas

Batata

Milho

Hortícolas

Outras

Equipamentos de Rega

Produtos e Acessórios
para Vindimas

Prestação
de Serviços

Seguros

Gestão e
Contabilidade Agrícola

O.P.P.
Secção Florestal

Combustíveis e
Gás

Formação
Profissional

- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alinha e) do n.º 1 do artigo 21.º do decreto de lei n.º433/82, de 27 de outubro, no artigo 45.º da lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e no n.º1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alinha b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código de Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Não foi condenado por sentença transitada em julgamento por algum dos seguintes crimes:
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º98/773/JAI, do Concelho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Concelho de 26 de Maio de 1997 e do n.º1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º98/773/JAI, do Concelho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º91/308/CEE, do concelho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito



COPOMBAL

Cooperativa Agrícola do Concelho de Pombal, C.R.L.

COMERCIALIZAÇÃO DE

Adbos

Rações

Agroquímicos

Sementes Selecionadas

Batata

Milho

Hortícolas

Outras

Equipamentos de Rega

Produtos e Acessórios para Vindimas

Prestação de Serviços

Seguros

Gestão e Contabilidade Agrícola

O.P.P. Secção Florestal

Combustíveis e Gás

Formação Profissional

grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente, ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e i) do 45.º desta declaração.

7 – O declarante têm ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º no Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar da aplicação da sanção acessória de privação de direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pombal, 07 de Julho de 2014

